

Contra perda de direitos, na sexta tem Ato na Justiça Federal

Na próxima sexta-feira (27), servidores em todo o país se mobilizam para o Dia Nacional de Paralisação/Mobilização em Defesa do Serviço Público. Em Florianópolis, por decisão de Assembleia, o Ato do Judiciário Federal será às 16 horas na Justiça Federal, na avenida Beira-mar Norte.

Além da possibilidade de a reforma da Previdência ser colocada em pauta em novembro, outras ameaças pairam sobre os servidores públicos. Sem qualquer debate com a sociedade, tal qual tem sido todo seu governo, Michel Temer (PMDB) quer aplicar mais um golpe contra os trabalhadores. O governo pretende aumentar, via Medida Provisória (MP), a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores federais.

A intenção de Temer é aumentar a alíquota de 11% para 14%. A MP deve ser publicada até o fim de outubro, prazo final para o envio do Orçamento de 2018 para o Congresso. O jornal *O Dia* informa ainda que, ao sair de uma reunião no Palácio do Planalto, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha (PMDB), afirmou que o Planejamento está fazendo os últimos ajustes no Orçamento, o que deve incluir a elevação da alíquota. Ainda segundo o jornal, a mudança seria publicada ainda neste mês e, assim, passaria a valer a partir de fevereiro de 2018, já que os efeitos de uma MP como essa precisam de 90 dias para vigorar.

ATAQUES EM SÉRIE

Sem conseguir base parlamentar suficiente para aprovar sua reforma da Previdência, o governo Temer vem focando os ataques nos servidores públicos. O aumento da alíquota é uma pequena reforma

previdenciária, realizada por MP - instrumento pouco democrático se banalizado, como tem acontecido - e que atinge diretamente o salário dos trabalhadores do serviço público.

Além dessa MP, outras medidas incluídas no Orçamento atacam o serviço público, como o Programa de Demissão Voluntária (PDV) e a suspensão de reajustes salariais já acordados e fixados por lei - caso dos servidores do Executivo. Ao mesmo tempo em que se mobilizam juntamente com outras categorias contra a mudança previdenciária, portanto, os trabalhadores do Judiciário Federal devem manter-se alertas quanto à possibilidade de que o governo também ameace a reposição salarial conquistada pela categoria.

JUSTIÇA DO TRABALHO NA MIRA

Outra bomba que já circula na mídia é a possibilidade de votação de projeto para acabar com a Justiça do Trabalho, incorporando sua estrutura à Justiça comum, que tem o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia.

Maia já havia defendido a extinção da Justiça do Trabalho em março, afirmando que ela “não deveria nem existir”. Ele tem dito que levará o tema à Câmara após a votação de segunda denúncia contra Michel Temer.

Em meio a esse conjunto de medidas e ameaças, faz-se ainda mais importante a construção de uma grande mobilização no dia 27 de outubro, para quando está marcado o Dia Nacional de Lutas em Defesa do Serviço Público. O Sindicato conta com a presença maciça dos servidores nesta sexta-feira.

Levantamento do DIAP mostra ameaças aos servidores que tramitam no Congresso Nacional

Levantamento do DIAP aponta as principais proposições em tramitação no Congresso Nacional que afetam os servidores públicos. Seis temas devem ser encaminhados pelo Executivo ao Legislativo entre os meses de outubro e novembro.

Dentre as proposições, merecem destaque: 1) o aumento de contribuição previdenciária de 11% para 14%; 2) adiamento de reajuste dos servidores; 3) reestruturação de carreiras; 4) extinção de cargos; 5) piso inicial de salário de servidor abaixo do que hoje prevê o PCS; e 6) revisão de pagamentos de verbas como auxílio-alimentação.

Outros temas da agenda negativa para os servidores já estão em discussão, em particular, no Senado Federal, que aprovou, na CCJ, o PLS 116/17, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que prevê a demissão do cargo por insuficiência de desempenho do servidor público, ou seja, o fim da estabilidade.

Na Câmara, encontra-se o PLP 248/98, em estágio bastante avançado de tramitação e de mesmo teor. O

projeto, da era FHC, aguarda votação no plenário da Câmara dos Deputados.

Já a PEC 287/16, do Poder Executivo, sobre a reforma da Previdência, que prejudica gravemente os servidores públicos, poderá ter sua discussão retomada na Câmara dos Deputados. O relator, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA), e a equipe de governo, diante da dificuldade de aprovar a proposta, deve apresentar um texto alternativo e consensual com os partidos da base do governo.

Caso seja colocado em votação, a proposta deve ser apreciada em dois turnos no plenário da Câmara dos Deputados, sendo necessários 308 votos em cada turno, e depois segue para exame no Senado Federal, cuja discussão inicia-se pela Comissão de Constituição e Justiça; e depois no plenário da Casa, com exigência de votação em dois turnos, sendo necessários 49 votos em cada turno. Veja no site do Sindicato o resumo de todas as ameaças e também as oportunidades que estão no Congresso.

CPI conclui: Previdência não tem déficit

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, senador Hélio José (PROS-DF), apresentou nesta segunda-feira (23) o relatório final dos trabalhos ao colegiado, com a conclusão de que a Previdência Social não é deficitária, mas, sim, alvo de má gestão.

Segundo o senador, "está havendo manipulação de dados por parte do governo para que seja aprovada a reforma da Previdência". Ele acrescentou que "quando o assunto é Previdência, há uma série de cálculos forçados e irreais".

Em 253 páginas, o relatório destaca que o "maior e mais grave problema da Previdência Social vem da vulnerabilidade e da fragilidade das fontes de custeio do sistema de seguridade social". No documento, o relator destaca que "antes de falar em déficit, é preciso corrigir distorções". *Fonte: Agência Brasil*

Sintrajusc está na Semana do Servidor Público na JF

A convite da Administração, o Sintrajusc está na Semana do Servidor Público 2017 da Justiça Federal, que vai até esta quarta-feira, 25.

Na quarta, das 14 às 16 horas, será realizada a mesa-redonda "Conversando sobre a questão do assédio moral no trabalho", com a presença, pelo Sindicato, da psicóloga Vera Regina Roesler.

A primeira atividade, nesta segunda, foi a mesa-redonda "Conversando sobre a aposentadoria dos servidores públicos", da qual participou, pelo Sindicato, o advogado e especialista em assuntos previdenciários Luis Fernando Silva, com a presença das coordenadoras Lusmarina da Silva e Denise Zavarize. As atividades são no auditório do quarto andar.

